

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 191.ª Sessão Ordinária
Realizada em 19 de outubro de 1971 — (Terça-feira)

Presidência do Sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

A lista regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Costa, Ivo Romazoni, Quêise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Agumado Pereira Lima, Alvaro Dias, Antonio Benatti, Antonio Lopes Junior, Antonio Maciel, Armando de Queiroz, Athur de Souza, Basilio Zanusso, Borsari Neto, Candido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silverio, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsim, Fúca Naci, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Heio Manoel, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lazaro Dumont, Maurício Ruet, Nivaldo Kruger, Otonon Reinhardt, Ovidio Camargo, Paulo Poli, Santos Lima, Wilson Brandão e Xelameneva (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Wilson Fortes, Nelson Barata, Arizone Araújo, Marciano Baraniuk, Pinto Dias, Muggiani Filho, Sebastiao Rodrigues Junior (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

OFÍCIOS:

Sob o n.º 918.71, do Senhor Cássio Bittencourt Macedo, Secretário de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, acusando recebimento e agradecendo voto de louvor atribuído à sua pessoa, formulado pelo Senhor Deputado Gabriel Manoel. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n.º 2.190 do Senhor Dr. Garibaldi Bezerra de Faria, comunicando que assumiu o cargo de Superintendente de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), do Ministério da Saúde. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n.º 08-71, do Senhor Alcides Lacerda, Presidente da Câmara Municipal de Cândido de Abreu, comunicando que foi extinto o mandato do Vereador Eliy José Soares do MDB, em data de 07 de agosto do ano em curso. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 73.71, do Senhor José Reixeira Filho, Presidente da Câmara Municipal de Terra Roxa, comunicando que foi extinto o mandato do Vereador Francisco Parente do MDB, em data de 14 do mês próximo passado.

— Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 255.71, do Senhor D. Iwerson Chiuratto, Presidente da Câmara Municipal de São José dos Pinhais, comunicando que o Senhor Vereador Elton Fay Natal Bonin, usando da palavra na Tribuna daquela Câmara, solicitou fôsse discutido e votado, com a máxima urgência, o projeto de lei orgânica dos Municípios. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Renato Becnara Amun, Delegado Regional da Associação dos Servidores Cíveis do Brasil, cumprimentando o funcionalismo público que no próximo dia 28 do corrente, comemorará o Dia do Funcionário Público, bem como, solicitando que a Sessão do dia 27 seja dedicada aos mesmos. — Ao conhecimento da Casa.

Circular sob o n.º 01.71, do Senhor Jordão Beleze, Presidente da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, comunicando que em data de 11.09-71, foi eleita a Diretoria Executiva daquela Associação, para o período de julho de 1971 a julho de 1972. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Sob o n.º 23.71, do Senhor Dr. Lauro Rego Barros, Presidente do Clube Atlético Paranaense, comunicando a eleição e posse da nova Diretoria daquele Clube. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Do Senhor Nagibe Chede, agradecendo sensibilizado o voto de pesar formulado pelo Senhor Deputado Acyr José, por ocasião do passamento de sua esposa. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja consignada na Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo passamento do senhor Humberto Puiggari Coutinho, ocorrido domingo na cidade de Londrina.

Considerado o pioneiro do jornalismo na Capital do Café, o senhor Humberto Coutinho, falece aos 93 anos, após uma vida bastante movimentada, tendo fundado em Londrina, nos idos de 34 o primeiro jornal da cidade, "Paraná-Norte".

Não foi só a imprensa que Puiggari Coutinho ajudou Londrina a crescer. Uma das suas maiores paixões foi a Santa Casa de Misericórdia, que ajudou a fundar, e onde, até o fim de seus dias trabalhava muitas horas por dia.

Paulista de nascimento e "Cidadão Honorário" londrinense, Humberto Puiggari Coutinho, morre deixando uma lacuna que jamais será preenchida, pelo tudo que deu de si para a cidade de Londrina, que tanto amou.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1971.

(a) Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer, ouvido o Plenário, na forma regimental o que segue:

a) — Que após aprovação dêste se registre na Ata dos trabalhos de hoje, Ofício do Senhor Doutor Nivaldo Enio Costa, Prefeito de Cêro Azul, cuja cópia anexamos.

b) — Que se consigne, outrossim, na Ata dos trabalhos votos de aplausos e agradecimentos, ao Exmo. Senhor Carlos A. M. Osório, Secretário da

Agricultura, pelo atendimento que vem dando àquele Município, conforme se observa na cópia do Ofício em anexo.

c) — Que se dê ciência ao homenageado e à douta Câmara de Vereadores de Cêrro Azul.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1971.

(a) Paulo Poli

Requerimento

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro à Mesa sejam abonadas as minhas falas às sessões realizadas no período compreendido entre os dias 5 (cinco) e 12 (doze) do corrente mês de outubro, por motivo de doença, conforme faz prova o documento incluso.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1971.

(a) Odilon Reinhardt

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 242-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o Clube do Professor Paranaense, com sede e fóro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1971

(a) Antônio Costa

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de Utilidade Pública congrega, como é óbvio, os Professores do Estado, a qual presta relevantes serviços àquela coletividade, dando-lhes, por via de consequência, melhores condições de sociabilidade, razão pela qual está em condição de merecer tal deferência.

Nestas condições, apresentamos a presente Poposição à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se-lhe dê o indispensável apoio, e, no final a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

De ante-mão gostaríamos de anunciar, aqui desta Tribuna, que é uma satisfação, uma honra e uma alegria vermos que nossa Casa de Leis está sendo presidida pela "Jovem Guarda", por este Deputado do MDB que tem se destacado, realmente, em todos os debates. Por outro lado, lamentamos que S. Exa. não esteja no Plenário, porque suas intervenções, dada sua grande capacidade, inteligência e delicadeza sempre traz maior brilho aos nossos trabalhos.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se estamos aqui no Pequeno Expediente, é porque nosso assunto é breve.

Temos em mãos um ofício subscrito pelo Dr. Nivaldo Enio da Costa, Prefeito de Cêrro Azul. S. Exa., através deste documento, está agradecendo as providências que o Exmo. Sr. Dr. Carlos Afonso Osório, Secretário da Agricultura, está tomando com relação àquele Município.

O Ofício n.º 50.51, está vasado nos seguintes termos: (Lê)

"Cêrro Azul, 19 de outubro de 1971. Sr. Secretário.

Com a presente, queremos expressar a V. Exa. a nossa satisfação e os

ossos agradecimentos pela audiência que nos foi concedida em data de ontem, quando fomos oficialmente informados da instalação de uma Estação Meteorológica em nosso Município.

Enquanto, nos valem do presente para ressaltar a atuação de V. Exa. à frente dos Negócios da Agricultura em nosso Estado, estamos também enviando cópia do presente ao eminente Deputado Paulo Poli, Vice Líder do Governo na Assembléia Legislativa, para que, da Tribuna daquela Casa de Leis, onde de maneira tão brilhante representa o Centenário Município de Cêro Azul, expresse a V. Exa. o pensamento de todos os cerrozulenses.

Na oportunidade, apresentamos a V. Exa. os nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente

Dr. Nivaldo Enio Costa — Prefeito Municipal

Diante deste documento, Sr. Presidente, elaboramos um requerimento, cuja leitura passaremos às mãos de V. Exa. O requerimento está vasado nos seguintes termos: (Lê).

“O Deputado que o presente subscrive, no uso das suas atribuições parlamentares, requer, ouvido o Plenário, na forma regimental, o que segue:

A) — Que após aprovação deste se registre na Ata dos trabalhos de hoje, Ofício do Sr. Dr. Nivaldo Enio Costa, Prefeito de Cêro Azul, cuja cópia anexamos.

B) — Que se consigne outrossim, na Ata dos trabalhos, um voto de apiaulos e agradecimento ao Sr. Carlos A. M. Osório, Secretário da Agricultura pelo atendimento que vem dando àquele Município, conforme se observa na cópia do Ofício em anexo.

C) — que se dê ciência ao homenageado e à Câmara Municipal de Cêro Azul. (a) Paulo Poli.”

Estas são as razões, Sr. Presidente, e o motivo que nos levaram a ocupar a Tribuna no Pequeno Expediente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Lopes Jr.

O SR. ANTÔNIO LOPES JR. — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho a feliz oportunidade, neste instante, de louvar a nova filosofia do Governo implantada no Estado do Paraná, no que diz respeito à assistência social. Filosofia esta, que podemos resumir em dois enunciados muito conhecidos de todos e que expressam uma grande realidade. Primeiro, “Que não se deve plantar couve para o dia seguinte, mas carvalho para os dias futuros” e outro. “Em vez de se dar um peixe a quem precisa, devemos ensinar a pescar, para que não precise mais pedir”. Quero referir-se à iniciativa pioneira do Governo Haroldo Leon Peres, no Brasil, e que colocou o debate desta Casa, num dos Grandes Expedientes. Do êxito desta orga em Bocaina do Sul. É uma experiência, mas é uma experiência necessária. E o êxito depende apenas do elemento humano que irá tomar conta desta Agro-Vila. Será a recuperação daqueles que já estão cansados através dos anos, daqueles que perderam a esperança da vida, mas que poderão readquirir e encetar novas caminhadas para produzir e para ser um pouco mais feliz e será também motivo de encaminhamento das crianças, da juventude destes mal saídos da vida e que perambulam pela cidade de Curitiba descalços, vendendo bilhetes de loteria, quinquilharias e pedindo esmolas. Além do mais, considero, como advogado acostumado às leis trabalhistas, a Agro-Vila supeira grande defeito da legislação trabalhista no que se refere ao trabalho do menor e que qualquer dia, terei a oportunidade de trazer o assunto, para o debate desta Casa, num dos Grandes Expedientes. Do êxito desta organização, dependerá a criação de outras agro-vilas nos principais núcleos regio-

País do Estado do Paraná. Por isso quero parabenizar-me com o Paraná, com o Sr. Governador do Estado, Sr. Haroldo Leon Peres e com o Secretário Nabor Moraes e oxalá tudo dê certo para que o Paraná possa marchar à frente desta campanha tão necessária, que exige a participação de todos nós, para que os nossos irmãos deixem de ser menos infelizes e possam participar da grandeza nacional. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente.

Com a palavra o sr. Erondy Silvério, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Vou apresentar um requerimento à consideração da Casa, mas antes de efetuar a sua leitura, quero fixar a minha posição pessoal com relação ao requerimento e com relação ao que pretendo ler. É um requerimento em que requeiro, ouvida a Casa, transcrição nos Anais, deste Poder do voto do eminente Desembargador Henrique Nogueira Dorfmuund do seu parecer sobre o Mandado de Segurança impetrado pelos Srs. Deputados do MDB na sua Bancada com assento nesta Casa, contra atos da Mesa do Poder Legislativo. Não quero entrar no mérito das alegações usadas pelos impetrantes contra atos da Mesa, porque participo deste Poder Legislativo e sou o primeiro a tentar resguardá-lo de tudo o que de fora venha contra este Poder e mesmo porque votei favoravelmente à Mensagem do Sr. Governador porque a entendia justa, válida e boa para o Paraná, conforme declaração de voto que fiz no encaminhamento da matéria em apreciação, da matéria naquela oportunidade. Nada vi de mais na Mensagem Governamental que propunha fosse emendada a Constituição do Estado, vi, isto sim, apenas matéria de alto interesse público e de grande relevância para a vida do Estado. Foi a única razão que me levou, na oportunidade, a votar favorável com a Mensagem porque, nesta Casa, não sou nada mais nada menos do que um Deputado a serviço do povo, que é quem me paga para aqui trabalhar, e quem me elegeu para este Poder Legislativo tornando-se, portanto, meu único patrão, o povo. Mas o que me impressionou no voto do Desembargador e no voto do Desembargador Nogueira foi a profunda aula de Democracia que ele ofereceu a todos os homens públicos. Porque no seu parecer, ele defende intransigentemente o direito da Minoria de participar do processo legislativo; de dar a sua opinião e a sua contribuição, embora ela não seja aceita pela Maioria. Mas, é um direito e se deve assegurar sempre às Minorias do Parlamento do mundo inteiro.

Portanto, o pedido de transcrição que eu faço, vai apresentado na justificativa do requerimento; que não é em torno do mérito da decisão judicial; que não é me insurgindo contra a atuação da douta Mesa da Assembléia Legislativa, naquele episódio. Mas apenas para fixar o meu pensamento, que coincide com quase todos os pontos de vista do nobre relator da matéria, no Tribunal de Justiça, sobre o que seja a Democracia e a sua prática, hoje infelizmente tão esquecida, principalmente pelo Poder Executivo. Não só o Poder Executivo dos Estados, mas o Poder Executivo da União, esquecem muitos dos ensinamentos do que seja a verdadeira prática da Democracia. Por isso, quando aparece um homem de coragem neste Estado, neste País, que revive este conceito na memória do povo e dos nossos governantes, é justo que se dê o realce necessário a um parecer que julgo brilhantíssimo.

Passarei a ler, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o inteiro teor do Requerimento. Entregarei posteriormente à decisão soberana da Casa, curvando-me ao desejo da Maioria deste Poder, exatamente dentro dos próprios ensinamentos do Parecer que peço a transcrição nos Anais da Casa. (Lê):

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimen-

tais, requer, ouvida a Casa, transcreva-se nos Anais, como texto de interesse histórico na crônica deste Legislativo, o inteiro teor do parecer, exarado pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Henrique Nogueira Dorfmund, membro do Tribunal de Justiça do Paraná, no Mandado de Segurança 34.71, cuja cópia rubricada pelo autor faz anexa.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1971.

(a) Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

O parecer do eminente Desembargador Henrique Nogueira Dorfmund, aprovado pela unanimidade dos dezessete membros presentes à sessão do Tribunal de Justiça, em que aquela Egrégia Corte considerou ilegal a mecânica de aprovação legislativa da Emenda Constitucional n.º 3.71, contém um estudo profundo sobre a prática do regime democrático e o respeito que merece, na elaboração das leis, a contribuição das minorias políticas, mesmo quando sua opinião não prevalece.

O estudo organizado pelo insigne jurista paranaense, sobre tão apaixonante tema cívico, merece ser perpetuado nos Anais desta Assembléia, não só como exemplo para as maiorias que se hão de formar em futuras legislaturas, mas também como estímulo às Bancadas Minoritárias, para que jamais esmoreçam em sua participação nos debates legislativos, mesmo sabendo que seus pontos de vista cairão ante o legítimo direito da maioria de impôr sua vontade pela votação.

Abstraindo o mérito da decisão em si, e a análise da questão jurídica quanto à espécie, queremos aqui realçar o valor da tese, resumida nas páginas cinco, seis e sete do relatório, que nesta Justificativa nos permitimos rememorar:

“É absolutamente impossível pretender-se que se respeite a lei quando se negue direito às minorias de contribuírem para sua elaboração.

A oposição não é indispensável para a existência de um governo representativo. Mas é necessário que a lei dê à ela a possibilidade de constituir-se e, constituída, o direito de ser ouvida.

A possibilidade de que a oposição se constitua legalmente é um atributo importante da democracia, é a garantia de que haverá luta pelo poder, submetida à arbitragem do eleitorado. Isto é extremamente conveniente, não só para impôr algumas limitações à influência do partido governamental, que sem elas poderia ceder à tentação de fazer uso do arbítrio do poder e de monoscarbar as opiniões dos grupos minoritários, como também velar para que as medidas propostas pelo governo sejam discutidas e examinadas em todos seus aspectos importantes antes de adquirir força de lei.

A atuação de um governo democrático e responsável ante o Povo requer, pois, o concurso de uma oposição que desempenhe a dupla função do princípio motor e de órgão de proteção da Constituição.

Se um dos vários setores da coletividade está descontente, nada serve melhor, nem com mais eficácia, para expressão desse descontentamento, que o conduto da oposição parlamentar.

PINTO FERREIRA, uma dentre as mais altas expressões do Direito Constitucional Moderno, bem examina a espécie, nos seguintes termos:

“A verdadeira idéia de democracia corresponde, em geral, a uma síntese dialética dos princípios da liberdade, igualdade e dominação da maioria, com a correlativa proteção às minorias políticas, sem o que não se compreende a verdadeira democracia constitucional.

A dominação majoritária em si, como centro de gravidade da democracia, exige esse respeito às minorias políticas vencidas nas eleições. O princípio majoritário é polo positivo da democracia, e encontra sua antítese no princípio minoritário, que constitui seu polo negativo, ambos estritamente indispensáveis na elucidação do conceito de autêntica democracia.

O princípio democrático não é, pois, a tirania do número, nem a ditadura da opinião pública, nem tão pouco a opressão das minorias, o que seria o mais rude dos despotismos. A maioria do povo pode decidir o seu próprio destino, mas com o devido respeito aos direitos das minorias políticas, acatando nas suas decisões os princípios invioláveis da liberdade, sob pena de se aniquilar a própria democracia.

A livre deliberação da maioria não é suficiente para determinar a natureza da democracia. STUART MILL já reconhecia essa impossibilidade, ainda no século transato: "Se toda Humanidade, menos um, fôsse de uma opinião, não estaria a Humanidade mais justificada em reduzir ao silêncio tal pessoa, do que esta, se tivesse força, em fazer calar o mundo inteiro." Em termos não menos positivos, esclarece o sábio inglês, nas suas clássicas "Considerations in Representative Government", quando fala da verdadeira e da falsa democracia. A falsa democracia é só representação da maioria, a verdadeira e representação de todos, inclusive das minorias. A sua peculiar e verdadeira essência é ser, destarte, um compromisso constante entre maioria e minoria".

Depois destas citações, continua o parecer:

"Não há, na realidade, regime democrático sem oposição e que a esta se assegure o pleno direito de fiscalizar os atos do grupo majoritário e contribuir para o aperfeiçoamento das instituições.

Pode-se deixar de receber-lhe o contingente de contribuição que pretenda usar às soluções de interesse público. Mas não se lhe pode negar direta ou por via oblíqua, o direito de discutí-las e votá-las nos momentos certos.

Esse é, na nossa opinião, o trecho que, abstraindo o mérito da questão de fato enfocada pelo julgamento judiciário, interessa perpetuar perante esta Casa. Entendendo o seu conteúdo, acreditamos que os Nobres Senhores Deputados votarão pela transcrição integral do Parecer do Desembargador Nogueira Dorfmund nos Anais desta Assembléia.

Porém, se entenderem de outra forma os Nobres Deputados, teremos a satisfação, também, de estarmos cumprindo o papel defendido pelo texto que admiramos. O de defender pontos de vista, mesmo quando em minoria".

Acredito que esta Casa não negará guarida ao meu requerimento, aprovando como uma tese de Democracia, como se deve praticar a Democracia, sem que, com isso, se procure ferir a mecânica da tramitação da Mensagem Governamental, nesta Casa. Porque, como disse anteriormente, votei favoravelmente à Mensagem do Sr. Governador, porque a entendia boa e válida para o povo paranaense. Também não vai aqui nenhuma crítica ao direito da Maioria de deliberar como bem acha conveniente e necessário, porque já fui Líder da Maioria nesta Casa e compreendo os encargos que pesam sobre os ombros de um Líder do Governo e da ARENA, nesta Casa, o nobre Deputado João Mansur. Não vai nenhuma crítica à sua maneira de conduzir a matéria, e também não vai nenhuma crítica à maneira de como a Mesa interpretou o Regimento Interno da Casa.

Mas, apenas peço, para que es perpetue nos Anais desta Casa, para que as gerações futuras que aportarem neste Poder Legislativo, possam ler esta peça rara — a meu ver — uma lição de humildade democrática que deu a todo o Paraná o nobre Desembargador Henrique Nogueira Dorfmund, no seu brilhante parecer.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, pedi este aparte a V. Exa., mas de antemão gostaria de anunciar que não pretendo, nesta pequena interferência, entrar no mérito da questão, pois ser este um problema longo e complexo. Só pedi este aparte pela estima que tenho por V. Exa. para dizer a V. Exa. que esse requerimento será submetido à apreciação da Casa, tendo em vista, nobre Deputado Eron. dy Silvério, que existem poucos parlamentares nesta Casa, eu pretendo solicitar para discutir, na oportunidade, o requerimento apresentado por V.

Exa. De modo que ficará o mesmo para ser votado amanhã, dando tempo, eminente Deputado, a todos os Parlamentares formarem uma opinião sobre a condução que devem tomar no encaminhamento da votação deste Requerimento.

E argumentando, nobre Deputado, V. Exa. deve ter observado, sem entrar no mérito que, segundo a decisão da douta Justiça paranaense, segundo me parece, a responsabilidade de falhas, de erros, ficou totalmente nos ombros da Assembléia Legislativa. Porque, como bem sabe V. Exa., poderia o Tribunal ter julgado também inconstitucional a emenda, o que, de certa forma, fica implicado também neste caso, o Poder Executivo. Mas, está claro que se erros houveram, estão debitados a esta Casa de Leis.

Sendo assim, e dada a delicadeza do assunto, com todo o respeito que temos, não só a V. Exa. como também ao Relator desta matéria, comunico a V. Exa. para que não haja melindres, que, em seguida, no instante da votação, pedir para discutir esse requerimento para que tenhamos mais tempo, mais amadurecimento para apreciarmos essa matéria.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sobre tudo agradeço a gentileza de V. Exa. e avisando-lhe de que o requerimento não será apreciado hoje, e possivelmente não será aprovado amanhã. Mas é um direito...

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. não pode dizer que não será aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Penso que ele não será aprovado, mas é um direito que têm os srs. Deputados, de não pensar como eu penso. Mas V. Exa. abordou aí um ponto muito importante da questão. É uma das razões que me levou a apresentar esse requerimento à consideração da Casa, embora sabendo que a Maioria entende que a decisão judiciária foi quase um libelo contra a atuação da maioria da Assembléia. Mas não foi. Veja V. Exa. que o Tribunal de Justiça andou certo, que o Tribunal de Justiça portou-se democraticamente, principalmente seu Desembargador, relator da matéria. Porque poderia numa tirania de Maioria, poderia declarar inconstitucional e o Governo só veria sua Emenda aprovada em outro período, mas preferiu democraticamente, devolver os prazos que o Tribunal de Justiça entendeu subtraídos à Minoria.

Examinando o Regimento Interno da Casa, o nobre Relator da matéria julgou e formou opinião de que da Minoria foram subtraídos violentamente direitos que lhe eram assegurados regimentalmente. Então, o que o Tribunal de Justiça fez democraticamente — vem nova aula de Democracia por parte do nobre Desembargador relator daquela matéria — foi devolver ao MDB os prazos de que ele fôra impetrante de um mandado judicial para obter os prazos a que teria direito, de acordo com a letra fria do Regimento Interno da Casa.

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento)

Neste trecho de seu raciocínio, estou inteiramente com V. Exa. Nós sentimos, nobre Deputado, que o Tribunal, ao tomar essa medida, não foi decisão política, não houve prevenção contra quem quer que seja, porque outra decisão, seria o Tribunal agredindo...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Usando da tirania, da força, para esmagar neste caso o Poder Legislativo, que não tinha representação ali, a não ser a defesa da Procuradoria Geral da Justiça.

O Sr. Paulo Poli — Para concluir, o Tribunal de Justiça, ao devolver a esta Casa o Projeto para que este Poder passe a apreciá-lo do instante em que foi interrompido como recurso da Bancada da Minoria, o Tribunal, nesse instante, estaria fornecendo uma certidão de que a medida — isso é muito importante principalmente para o Executivo, de que a medida, de iniciativa da Maioria ou Executivo, é constitucional. Uma vez que, se aprovado o Projeto no restante, eu não sei qual seria a decisão de nossa Bancada, estou apenas racionando em voz alta, mas admitindo para ilustrar, que entenda a Bancada da Maioria, cuja responsabilidade está nas mãos do Deputado

João Mansur, mas se essa Bancada achar por bem que de fato deva continuar apreciando e votando esse Projeto, quando ele interrompeu-se, se o sr. Governador do Estado através de seus assessores não interpusse recurso, aconteceria exatamente isso, ficariam as três partes perfeitamente satisfeitas: o MDB, que viu atendida sua reivindicação; o Governo do Estado que viu vigorar sua Constituição e a Assembléia Legislativa que terá oportunidade de reparar esse possível erro. Penso, no meu fraco entender, não sou jurista, mas que a medida foi a mais conciliatória, medida salomônica. De maneira que, nesse ponto, V. Exa. está se saindo muitíssimo bem, o seu raciocínio é perfeito, o Tribunal de Justiça não pensou em agredir quem quer que seja. Deu uma decisão de Tribunal de fato, de grande gabarito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a compreensão, a sutileza e a argúcia que a inteligência de V. Exa. dá ao meu requerimento, porque não quero entrar no mérito da decisão judicial, nem me colocar contra o Poder Legislativo, apenas quero a transação desse Parecer, porque, a meu ver, é uma lição de Democracia, que o Paraná todo recebeu através do brilhante parecer do Desembargador Nogueira Dorfmund.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Talvez esta Casa tenha estranhado o fato da Bancada do MDB não haver se pronunciado a respeito de tão importante questão. E, hoje, V. Exa. toma uma iniciativa que julgo muito feliz, em solicitar a inserção nos Anais da Casa desta lição magnífica que V. Exa. acabou de ler, de um dos Magistrados mais ilustres da Córte de Justiça do Paraná, Desembargador Dorfmund.

Pedi o aparte para explicar que a nossa abstenção em apreciar a matéria é em razão da mesma se encontrar "sob-judici" e porque estamos aguardando tranquilamente a decisão final da justiça brasileira em torno deste assunto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não estou entrando no mérito.

O Sr. Nivaldo Krüger — Disse a V. Exa. que entendia feliz sua iniciativa porque não devemos nunca perder a oportunidade de inserir nos Anais desta Casa, na Casa do Povo, das grandes decisões, dos grandes acontecimentos. Nessa oportunidade acionou-se o mecanismo do sistema, acionou-se a parte fundamental do sistema judiciário.

O Judiciário, no meu entender e creio que no de V. Exa., e creio que também para todo o brasileiro, é como que um santuário onde reside a mística da Justiça, onde cada cidadão e a sociedade deposita, bem fundo, sua tranquilidade; é a tranquilidade de cada cidadão, de cada homem em ir buscar, nos momentos de conflito entre os homens, entre a sociedade e entre os Poderes, o direito de cada um. Todos se dobram à decisão daquele que, sãbia mente, a soube encontrar procurando dar o não retorno ao conflito entre as partes conflitantes.

Isto, para mim, é uma coisa magnífica, linda. É pena que o Paraná todo não assista este acontecimento, não acompanhe o desenrolar deste fato. Nisto reside a ciência, como disse V. Exa., da vida. Ao acionarmos esse mecanismo, nós da Minoria, fizemos aquilo que faz o mais fraco, não em busca da represália ou da vingança, mas em busca do direito no Santuário do Direito, que é o Tribunal de Justiça.

Há poucos dias, numa conferência, Alomar Baleeiros dizia da missão do Judiciário, missão que comparava a dos freios, a dos amortecedores e a do acelerador de um veículo em velocidade segundo as circunstâncias em que se encontra.

Aqui acionamos freios, amortecedores e acelerador. Graças a isto podemos participar desta sociedade, que é muito mais que a decisão favorável a "A" ou a "B", muito mais que isto, é a confiança que ela desperta, é a confiança que a Justiça imprime no seio da sociedade paranaense. Feliz nós os paranaenses por contarmos com um Tribunal como o Tribunal de Justiça.

Congratulo-me com V. Exa. pela iniciativa, solidarizo-me com V. Exa.,

pois acho que foi magnificamente feliz. Em nome da minha Bancada apoio integralmente o seu requerimento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço. Terminando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero deixar meu apêlo ao nobre Líder da Bancada da ARENA nesta Casa, e do Governo, ao Deputado João Mansur, para que este requerimento tenha a sua aprovação na sessão de amanhã.

Estou aqui solicitando a transcrição de um Parecer que para mim é uma tese, uma tese elaborada pelo Dr. Desembargador Relator da matéria, da matéria pública, porque não foi agressiva ao Poder Legislativo e nem à Mesa. Foi uma decisão calcada na justiça e no direito que têm as Minorias, de se fazerem ouvir em todos os Parliamentos do mundo; portanto, só engrandecerá a Bancada da ARENA e a Bancada que dá apoio à obra administrativa do atual Governo, a aprovação desse requerimento, que vem mostrar ao povo do Paraná que existe, entre os seus legisladores, verdadeira isenção de ânimos com respeito à justiça que nós devemos venerar e cultuar, porque ela é realmente o freio entre os dois Poderes, ela é realmente a garantia de todos os cidadãos, desde o mais rico, desde o mais poderoso ao mais pobre e ao mais humilde.

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não precisa ser parabenizado, porque ao longo de sua história sempre deu essas demonstrações de como se aplicar a justiça àsquelas que a ela recorrem.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O apêlo que V. Exa. faz ao líder do Governo nesta Casa, é muito oportuno porque o que V. Exa. quer, o que nós entendemos que V. Exa. quer, é que os Anais desta Casa fiquem enriquecidos com uma jóia do pensamento filosófico e doutrinário, de um magistrado paranaense.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sem entrar no mérito da decisão judicial.

O Sr. Wilson Brandão — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Erondy Silvério, estou atento ao seu pronunciamento, e, num momento histórico para o Paraná e também para o Brasil, usando uma decisão do Tribunal de Justiça se fixou em vícios desta Casa Legislativa, eu estranho, e não posso encarar de outra forma o requerimento de V. Exa.; vou me fixar num ponto a respeito do que tanto se falou — em santuários e sacramentos e à plenitude da justiça.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Quero dizer a V. Exa., que eu não falei em sacramentos, aqui, nem em santuários.

Já quero ir cortando V. Exa., por aí.

O Sr. Wilson Brandão — Certo!

O Sr. Nivaldo Krüger — Ninguém falou nisso.

O Sr. Wilson Brandão — Mas o que verifico é que o assunto é apaixonante. Quando se fala em Povo e Democracia, em parecer democrático, decisão da justiça democrática, isto nos apaixona.

Mas eu só queria me fixar num ponto, para dar a minha opinião ao nobre deputado Erondy Silvério a quem muito respeito e admiro, sobre o cerceamento de defesa da Bancada da Minoria — aí é que eu me refiro — não se encontra nos autos do pedido de Mandado de Segurança, em qualquer parte ou mesmo nesta Casa, o cerceamento de defesa da Bancada do MDB.

V. Exa. estava em Plenário e soube perfeitamente de que, quando da proposição do requerimento do deputado Paulo Poli que se tratava deste assunto, que se cogitou do cerceamento dos Deputados do MDB em seu pronunciamento. Justamente naquele momento foi retirado este Requerimento, e a Liderança da ARENA — e aí está o Líder, Deputado João Mansur, para falar sobre este assunto. Ele mesmo foi procurar o líder do MDB a fim de que voltasse à Casa e pudesse discutir a matéria em questão. Não vou me alargar muito, ir ao infinito, mas vou, Deputado Erondy Silvério, dentro de um mínimo, de cabeça fria, neste entendimento, entender de que

a decisão do Tribunal teve também a sua parcela de paixão política reinante no momento. Esta é a realidade que eu falo a V. Exa., quando carrego nos meus ombros doze anos como advogado, somente como advogado. Como político, a primeira vez que entrei no Palácio do Governo foi como Deputado, e, como advogado, digo a V. Exa. de que existiu uma certa paixão. E nós aqui então, quando esta Casa que é objeto de Mandato de Segurança, e quando nos situam sequer o Poder Executivo do Estado sobre a inconstitucionalidade da Lei ou da Emenda Constitucional, nada disso se referiu, mas simplesmente se fixou no problema administrativo, o processamento daquela Emenda nesta Casa. E a responsabilidade coube sim, aos srs. Deputados, isto é, a Maioria da Casa, a que V. Exa. pertence.

Então, justamente contra a Casa nós vamos lançar um Requerimento, um voto de aplauso ao relator Desembargador Henrique Nogueira Dorfmund, justamente nesta Casa, aonde ele critica, aonde ele acha que existiu imparcialidade, aonde existiu a coação. Justamente nós que vamos então concordar, de que agimos com coação quando não existia coação. V. Exa. que é um Deputado de bom senso, de inteligência, sabe perfeitamente que não existiu coação. Houve, na oportunidade uma reconsideração do Deputado Paulo Poli. Retirou o requerimento e foram os Deputados do MDB solicitados para que viessem ocupar as suas Tribunas. Conclui-se que não houve o cerceamento de defesa de uma Bancada Minoritária. E por esta razão, que eu já dou antecipadamente, o meu voto contrário, respeitando a inteligência de V. Exa., o despreendimento e a coragem de V. Exa.. Respeitando, sobretudo, a coragem e o desassombro a quem muito considero e respeito. Mas data vênha, eu, com a minha consciência, votarei contra o seu Requerimento. Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Curvo-me ao voto de V. Exa. como de resto de toda a Casa. Apenas, com o devido respeito que V. Exa. me merece, eu o aconselharia a ler as notas taquigráficas, as palavras que estou proferindo nesta tarde. Em primeira lugar, não falei que a Mesa exerceu coação sobre a Bancada Minoritária nesta Casa. Não estou requerendo voto de aplausos a quem quer que seja. V. Exa. vai depois me fazer o obsequio de ler os Anais da Casa e o próprio teor do requerimento.

Em segundo lugar, não estou entrando no mérito do julgamento, que nem advogado sou, sou motorista de lotação. Portanto, não vou entrar no mérito de uma alta decisão judicial porque eu estaria entrando em seara alheia e poderia dar vexame nesta Casa, o que não quero e não desejo.

Quero sair deste Poder Legislativo com a cabeça erguida de haver cumprido o meu dever com a coletividade, sem jamais ter dado vexame dentro desta Casa. Portanto, não entro no terreno da apreciação do mérito, da decisão judicial, ou apenas como tese do que seja Democracia, acho que foi uma peça rara, tal o brilhantismo com que se houve e com muita felicidade o nobre Desembargador Henrique Nogueira Dorfmund, ao exarar o seu parecer num Mandato de Segurança da Bancada do MDB nesta Casa. Mesmo porque, a decisão do Tribunal não foi política como bem o reconheceu o Vice Líder do Governo nesta Casa. Não se procurou, nem de leve, atingir a autoridade do Sr. Governador do Estado do Paraná, a quem todos os paranaenses devem o respeito pelas altas funções que ele exerce nesta Casa e pelo respeito da indicação do seu nome, por um grande Presidente que é o próprio Presidente Emílio Garrastazu Médici. Esta é a razão que continuo respeitando o atual Governador nesta Casa, mais pela indicação do Sr. Presidente do que ele próprio representa atualmente para mim.

Em terceiro lugar, nobre Deputado, V. Exa. não deve estranhar meu Requerimento. Meu Requerimento não é, absolutamente, ofensivo aos fóros de dignidade desta Casa, porque sempre procurei preservar o Poder a que pertence, e ao qual fui conduzido pela vontade livre do povo, que muito embora pressionado por um Governo que não reconhecia legítima minha candidatura me conduziu a esta Casa. Portanto, nobre Deputado, não há por-

que estranhar o meu Requerimento, que é um simples pedido para que a Casa aprove a inserção nos Anais de um Parecer que para mim, um Parecer público que para mim é uma verdadeira aula de Democracia e de Brasilidade. Portanto, não estou contra o Poder a que pertence, como V. Exa. sutilmente quis insinuar no seu aparte, estou, sim, fazendo justiça a uma Bancada, embora minoritária, que tem lutado com decência nesta Casa. Sabemos que o requerimento do nobre Deputado foi retirado pelo seu próprio autor. Os anais da Casa estão aí, fiz um pedido para que o requerimento fôsse retirado, mas já a Bancada do MDB havia se retirado do Plenário da Casa, por lhe ter sido negado o direito de usar da palavra pela ordem em mero encaminhamento de votação ou justificativa de voto, fato comezinho que assiste o direito a qualquer Deputado deste Poder, pelo Regimento Interno. Portanto, nobre Deputado, V. Exa. se enganou quando quis insinuar que o meu Requerimento é contra este Poder Legislativo. Não, absolutamente. Apenas, nobre Deputado, concedo o aparte ao nobre Deputado Paulo Poli.

O Sr. Paulo Poli — Sinto-me no dever de esclarecer, não sei se me fiz entender bem, mas eu interfeiri no brilhante pronunciamento de V. Exa. ao deixar bem claro que necessidade havia, como há, de um exame mais profundo desta matéria, para que, decorrido este exame, a Bancada da Arena tomará a sua posição. Ora, nobre Deputado, como havia um eminente colega de nossa Bancada fixado uma posição, a impressão a que se deixou, na intervenção, no aparte que fiz, é que eu tivesse tomado posição. Votarei de acordo com a opinião da Bancada a favor ou contra este Requerimento mas não há, da Bancada da Arena uma posição fixada. Apenas disse a V. Exa. que a matéria é delicada, importante, que vou pedir para discutir esta matéria porque até amanhã, orientado pelo nosso Líder, a nossa Bancada toma posição. Só aí, nobre Deputado, poderão os Srs. Deputados, membros da Bancada da Arena com assento nesta Casa, declarar seu voto. Assim, entendendo eu, e reproduzo novamente, sintetizando o aparte que fiz a V. Exa...

O Sr. Wilson Brandão — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Ouvi atentamente o relatório de V. Exa. V. Exa. diz que foi uma decisão puramente jurídica mas...

O SR. ERONDY SILVERIO — Não disse isso. Disse que não entrava no mérito da decisão.

O Sr. Wilson Brandão — Exatamente. Não posso analisar, tomar uma posição sem saber o mérito da questão. Aliás, V. Exa. se referiu sobre que a "falsa Democracia é a representação da Maioria", o que eu discordo.

O SR. ERONDY SILVERIO — Disse mais: Falsa Democracia é a representação da Maioria.

Disse ainda: Tudo vale, não há regime democrático sem Oposição. Também V. Exa. se referindo no momento, citou de que Democracia tão esquecida pelo Poder Executivo. Não queremos também entrar no mérito.

O SR. ERONDY SILVERIO — E isto eu disse e confirmo. É minha opinião pessoal.

O Sr. Wilson Brandão — Democracia tão esquecida pelo Poder Executivo.

O SR. ERONDY SILVERIO — Opinião pessoal.

O Sr. Wilson Brandão — Parece ter se referido ao Governo Federal.

O SR. ERONDY SILVERIO — Exatamente. Minha opinião pessoal.

O Sr. Wilson Brandão — Exatamente. Sr. Deputado, por esta razão é que quando tratamos de um assunto de relevância, quando se prevê a suspensão da vigência constitucional, que implica em, vários prejuízos para o Estado e para o povo, eu gosto de tratar, como também representante do povo, da forma séria com que V. Exa. está encarando o problema. E seria deselegante apreciarmos meia hora de notável pronunciamento de V. Exa. sem darmos o nosso aparte.

O SR. ERONDY SILVERIO — Não tem coragem nenhuma.

O Sr. Wilson Brandão — Coragem, quando a Democracia é esquecida pelo Poder Executivo, suas palavras...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas é mesmo; ou V. Exa. acha que se pratica plenamente a Democracia neste País. Ou acha que eu sou hipócrita de dizer que se pratica a verdadeira Democracia neste País?

Isto não é coragem; é um pensamento meu. Sou representante do povo, e nesta Casa, é meu dever transmitir o pensamento de parcela ponderável do povo.

O Sr. Wilson Brandão — É justo; sobre este ponto de vista, quando se trata de um assunto que temos conhecimento inteiramente do fato e do mérito, porque somos protagonistas desta ação; nós fomos alvo desta medida; é justo que nós clamemos também pelos nossos direitos; pelos direitos daqueles que confiaram em nós; pela Maioria desta Casa que representa a maioria da consciência do povo paranaense. É a razão pela qual nos levantamos com direito e também de exigirmos dentro do direito, o nosso ponto de vista; da mesma forma como respeitamos o ponto de vista de V. Exa. que se enquadra num direito de minoria, que não vejo razão para tal.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Quero esclarecer que votei favoravelmente à Emenda do Governo.

O Sr. Wilson Brandão — Sei gisso. E louvo a atitude de V. Exa.

Deputado, o que nós queríamos assim dizer sobre o nosso parecer é de que não há razão pra se deixar, nos Anais desta Casa, um relatório do eminente Desembargador Dorfmuyl, porque já temos ciência; os jornais já publicaram, o Brasil já publicou este assunto e o que V. Exa. falou está sendo inserido, através de notas taquigráficas, nos Anais desta Casa. V. Exa. já deixou nos Anais o pronunciamento, não só do teor do Requerimento, como o pensamento expresso, íntimo de V. Exa.

Acredito então, nobre Deputado Erondy Silvério, que é um direito eu discordar, à revelia ainda inclusive da posição da Liderança, porque vamos estudar com a liderança, vamos ouvi-la e tenho certeza que ela tomará este caminho; tenho a máxima certeza. Porque afinal de contas, é o próprio Poder Executivo, quer queira ou não, V. Exa. que foi realmente atingido por esta medida. O culpado, o responsável por esta medida que o Tribunal achou injurídica, que foi de coação, porque a apelação que fez a Bancada do MDB foi de que existiu injustiça, coação e outras coisas mais; razão pela qual este direito foi acolhido. Mas, V. Exa., acredito que já passei do horário e abusei da bondade de V. Exa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Absolutamente.

O Sr. Wilson Brandão — Há de convir com a cabeça no travesseiro, com a consciência também como a minha e como a de todos nós, de que é um fato que vem se desenrolando há muito tempo. Em outros tópicos mais importantes que poderemos aqui comprovar de que a medida foi política mais que judicial. E falo isto também com um pouco de coragem e V. Exa. não desconhece isto. Sobre o interstício, por exemplo, aqui tínhamos que fechar a Assembléia, não poderíamos estar aqui trabalhando porque o que se vota hoje, só poderia continuar depois de 24 horas e estas coisas todas. No meu entender, houve paixão no julgar. Houve política no julgamento e quero deixar bem claro que também não sou de meios termos. Já usei desta Tribuna e na ocasião me pronunciei...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — V. Exa. também é um homem corajoso. Admiro V. Exa. que é corajoso, inclusive afirmando publicamente que o julgamento do Tribunal de Justiça foi um julgamento pessoal, apaixonado e político.

O Sr. Wilson Brandão — Nobre Deputado Erondy Silvério, não vejo outra razão para se explicar este julgamento, quando se trata de uma coisa tão séria que implicaria, como vem implicando, em prejuízos terríveis e inestimáveis ao Estado. Quando estava cristalinamente comprovado de que não existiu coação nesta Casa e V. Exa. participou na votação e, se votou,

e porque não existia injustiça nem coação a quem quer que seja. V. Exa. votou conosco. Justamente sob este prisma é que quero levar a V. Exa. a minha consciência como homem público, de que não estou de acordo com esta homenagem à decisão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não é homenagem.

O Sr. Wilson Brandão — Fico comigo nesta posição, deixando claro que fico comigo, fico com a Assembléia e devo dizer aqueles que confiaram em nossa pessoa, que não poderão ficar decepcionados porque agimos com nossa consciência e não praticamos, em hipótese alguma, injustiças nesta Casa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte do Sr. Deputado.

Era o que tinha a dizer. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 440-68, de autoria do Dep. Amadeu Puppi, que autoriza o Poder Executivo conceder uma pensão mensal de Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros novos) à Etelvina da Cruz Marcondes, viúva de ex-funcionário do Departamento de Obras e Viação. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado pelo substitutivo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 318-70, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a doar, ao Município de Jataizinho, os lotes de terrenos urbanos, na forma e como especifica. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 308-70, de autoria do Dep. José Alencar Furtado, fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Educacional Itaquí, com sede no Município de São José dos Pinhais. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 25-71, de autoria do Dep. David Federmann, dá nova redação ao item 3.º do artigo 195 da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado artigo por artigo, pelo substitutivo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 232-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 34-71, integrando a Administração do Porto de Paranaguá — A.P.P. e a Administração do Porto de Antonina A.P.A., em entidade autárquica única, vinculada à Secretaria dos Transportes, sob denominação de "ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA — A.P.P.A." e dá outras providências. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 61-70, de autoria do Dep. Sílvio Barros, que autoriza o Poder Executivo com apoio no Art. 125 inciso 7.º da Constituição Estadual, doar um Gabinete Dentário ao Sindicato dos Arrumadores da cidade de Maringá. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 61-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, com apoio no art. 125, inciso VII da Constituição, autorizado a doar um Gabinete Dentário ao Sindicato dos Arrumadores de Maringá.

Art. 2.º — Os recursos para atender as despesas da presente Lei, correrão por conta da dotação própria consignada no Orçamento para o exercício de 1970 na Administração Geral do Estado sob título próprio.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de maio de 1970.

a) Dep. **Silvio Barros**

JUSTIFICATIVA:

Senhores Deputados:

O artigo 125, VII da Constituição do Estado, diz claramente da obrigação do Estado em estimular prioritariamente os Sindicatos de Trabalhadores especificamente na assistência médica e dentária. Cumpre, ainda, registrar que os recursos para tal fim estão consignados no orçamento para o exercício de 1970. Nestes termos e ao final de minha justificativa, devo publicar que o Sindicato dos Arrumadores de Maringá, vem cumprindo com méritos suas metas de trabalho, possuindo sede própria e construída através de convênio com órgão federal, bem como presta os melhores serviços ao comércio de Maringá pelos seus filiados, faltando até a presente data o estímulo do Governo estadual que, por meio de projeto de lei, evidenciará sua presença dentro das normas vigentes, prestando ao trabalhadores do Sindicato dos Arrumadores de Maringá e melhor homenagem.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei N.º 61-70

1 — O deputado **Silvio Barros** propõe através de seu projeto, a doação de um Gabinete Dentário ao Sindicato dos Arrumadores de Maringá.

O projeto é meramente autorizatório.

2 — Nada há que impeça sua aprovação, no aspecto legal e constitucional.

3 — Somos pela aprovação, S.M.J. desta Douta Comissão.

Sala das Comissões, em 3 de agosto de 1970.

aa) **Emílio Carazzai** — Presidente (em exercício)

Alencar Furtado — Relator

Roberto Galvani

Paulo Poli

Ivo Tomazoni

Luiz Renato Malluceli

PROJETO DE LEI N. 61-70

COMISSÃO DE FINANÇAS

AUTOR: Dep. **Silvio Barros**

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo com apoio no artigo 125, inciso 7.º, da Constituição Estadual, doar um Gabinete Dentário ao Sindicato dos Arrumadores da cidade de Maringá".

PARECER

Entendemos que o presente projeto de lei é justo e tem suas razões de ordem social, pois visa beneficiar uma coletividade, mas por outro lado julgamo-lo de perigoso precedente, amanhã fatalmente outros sindicatos virão reivindicar que lhes sejam feitas idêntica doação.

Entretanto como se trata meramente de autorizar o Poder Executivo, opinamos pela sua aprovação.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 8.10.70

aa) **Roberto Galvani** — Presidente

João Mansur — Relator

Roberto Wypych

Ivo Tomazoni

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER ao Projeto de Lei N. 61-70

SÍNTESE: Autoriza o Poder Executivo com apoio no art. 125, inciso 1.º, da Constituição Estadual, doar um gabinete dentário ao Sindicato dos Arrumadores da cidade de Maringá.

P A R E C E R

Visa o presente plano de lei, doar um Gabinete dentário ao Sindicato dos Arrumadores da cidade de Maringá. Considerando que o mesmo visa beneficiar uma coletividade, nada havendo que impeça sua aprovação, no aspecto legal e constitucional, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1971.

aa) João Fadel — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Ovídio Franzoni

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Humberto Puiggari Coutinho. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso e agradecimento, ao Sr. Secretário de Agricultura pelo atendimento ue vem dando ao Município de Cêrro Azul.

— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja transcrito nos Anais, como texto de interesse histórico na crônica deste Legislativo, o inteiro teor do parecer exarado pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Henrique Nogueira Dorfmund, membro do Tribunal de Justiça do Paraná, no Mandato de Segurança 34-71. Em discussão.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão, para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando abono de faltas no período compreendido entre 5 a 13 do corrente mês, por motivo de doença. Ao Sr. 1.º Secretário para os devidos fins.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 218-70, 308-70, 25-71, 232-71;

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 61-70;

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 29-71, 78-71, 87-71, 88-71, 174-71.

Levanta-se a sessão.